



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

**O salário mínimo de 2022, no valor de R\$ 1.212, não é o suficiente para comprar 2 cestas básicas**  
Composta por 13 itens, a cesta básica tem valor que varia em todo o País. Na maioria das capitais, o preço é mais alto que a metade do novo salário mínimo.

A capital com a cesta básica mais barata é Aracaju, onde é vendida por R\$ 473,26. A mais cara foi encontrada em Florianópolis, por R\$ 710,53. Os dados são de novembro de 2021 e, na ocasião, representavam 46,5% e 70% do salário mínimo, respectivamente.

Uma família, no entanto, não tem apenas a alimentação na conta do mês. 1 salário é o suficiente para encher apenas 3 vezes 1 tanque de carro de 60 litros com gasolina, por exemplo.

É por isso que, para o Dieese, o valor do salário mínimo deveria ser de quase R\$ 6 mil em 2022, considerando os preços no Brasil atualmente. A entidade avalia que, diante dos aumentos de preços, os trabalhadores que ganham menos são os mais prejudicados. Atualmente, 56 milhões de brasileiros têm rendimento referenciado no salário mínimo.

“Aqueles trabalhadores com renda muito próxima ao salário mínimo foram os mais afetados com o rebaixamento drástico do poder de compra”, segundo o Dieese disse à BBC Brasil.  
Saiba mais em: [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br), terça-feira 04 de janeiro.

## **Nova onda de Covid, gripe e resfriado afasta trabalhadores e coloca empresas em alerta**

Não se fala em outra coisa. Uma nova onda de contaminações por Covid-19 vai passando pelo país, acompanhada pela circulação de outro tipo de gripe, mais forte e mais transmissível. Se, por um lado, a vacinação dá sinais de que consegue conter novo pico de mortes pela doença, por outro, o aumento da contaminação está tirando de circulação a força de trabalho em diversos setores.

Setores intensivos em mão de obra e circulação de pessoas, como supermercados, transporte coletivo, bares e restaurantes sentem o aumento de afastamentos e começam a se preocupar com uma eventual piora do quadro.

No restaurante de Claudio Rabelo, em São José dos Campos (SP), cinco dos nove funcionários estão afastados por Covid-19. Para manter o negócio em funcionamento, apelou para a família. "Recorri ao meu filho, nora e irmãos. E ainda faltou um pouco para a logística do dia a dia."

O crescimento nos casos de Covid-19 não preocupa o empresariado apenas pela redução na força de trabalho disponível. Vem também da lembrança fresca de portas fechadas ou de restrições ao horário de atendimento e à lotação. A expectativa com o verão deste ano era de casa cheia e recuperação econômica.

"Isso é um sinal que temos de continuar nos cuidando cada vez mais. Financeiramente, voltamos uns 20 anos. Os que não fecharam as portas assumiram dívidas exorbitantes com bancos", diz. Para ele, é fundamental que os eventos alusivos ao Carnaval sejam cancelados.

No transporte coletivo urbano de São Paulo, o número de atestados médicos apresentados por motoristas, cobradores e funcionários da manutenção subiu cerca de 35%, segundo levantamento da SPUrbanuss, sindicato das empresas do setor.

Em outros países, onde as novas ondas de alta na contaminação pela ômicron chegaram antes do Brasil, há relatos de empresas fechadas e problemas em serviços públicos. Nos Estados Unidos, o jornal The New York Times mostrou que, além dos afastamentos, os empregadores não sabem ao certo qual é o tempo de isolamento necessário antes do retorno ao trabalho.

No Reino Unido, o trabalho após o recesso de fim de ano seria retomado nesta terça (4), mas serviços como hospitais e escolas estavam com escassez de funcionários pois muitos estavam doentes ou em isolamento por estarem contaminados, disse a AFP. Até o serviço ferroviário precisou diminuir o ritmo, pois tinha menos gente trabalhando.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 05 de janeiro.

## **Tese do governo para prorrogar desoneração contraria TCU, e corte cobra explicações**

O argumento usado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para prorrogar a desoneração da folha de 17 setores sem adotar medidas tributárias para compensar a perda de arrecadação de R\$ 9,1 bilhões em 2022 contraria uma decisão já emitida pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A corte de contas agora quer explicações do governo, que tem até 31 de janeiro para demonstrar ao tribunal ter adotado todas as providências exigidas pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Como a renúncia de receitas não está prevista no Orçamento de 2022, o governo quer emplacar a tese de que a sanção ainda em 2021 significa uma prorrogação de política já existente, dispensando nova compensação.

No entanto, o TCU já esclareceu esse ponto em um julgamento de 2010.

No acórdão, a corte determinou ao então Ministério da Fazenda —hoje Economia— que "observe, quando da prorrogação de renúncias de receitas, as condições estabelecidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal".

As condições são a adoção de medida de compensação ou a previsão das renúncias na Lei Orçamentária Anual. No caso da desoneração da folha, nenhuma das alternativas foi adotada.

Como mostrou a Folha, não só o TCU cobra a compensação em casos de prorrogação, mas também o relator de receitas do Orçamento de 2022, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), disse que a nota do governo "está errada".

Segundo fontes do tribunal ouvidas pela Folha, como a desoneração foi sancionada em 31 de dezembro, a nova lei será alcançada pela exigência. O governo terá até 31 de janeiro para comprovar o atendimento às exigências da LRF.

O Ministério da Economia chegou a recomendar a manutenção da sobretaxa do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de crédito e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) mais elevada sobre bancos.

A pasta, porém, foi ignorada pelo Palácio do Planalto, e ambas as cobranças expiraram no fim de 2021.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 05 de janeiro.

## **Demora do governo em socorrer distribuidoras de energia repassa mais R\$ 5 bi em custos a empresas**

Segundo a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), no final do ano passado, as empresas enviaram ofício para a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) solicitando a postergação desse pagamento até a liberação dos empréstimos, que serão coordenados pelo BNDES.

Em resposta, a Aneel informou que o pleito do setor virou um processo na agência que será analisado pelo conselho de diretores nas próximas semanas. A previsão é que isso seja resolvido até fevereiro.

"O pedido foi feito no final do ano passado. Já não vai dar tempo e teremos de pagar [esses encargos], o que ampliará ainda mais as nossas dificuldades", disse Marcos Madureira, presidente da Abradee.

Na primeira rodada de socorro, no ano passado, a estimativa das empresas era de um total de R\$ 17 bilhões em empréstimos. Desta vez, a expectativa é que o valor seja de cerca de R\$ 14 bilhões.

Para que a segunda etapa do socorro seja viabilizada, o presidente Jair Bolsonaro precisa assinar um decreto dando a autorização. Após isso, a Aneel editará resoluções detalhando a operação.

"Mesmo que o valor [do socorro] ainda não tenha sido definido, seria importante que esse decreto saísse logo porque já arrastamos um custo [déficit] de R\$ 14 bilhões até novembro do ano passado", disse Madureira.

Esse valor, ainda segundo a entidade, decorre da diferença entre a arrecadação das contas de luz e os custos envolvidos na contratação de energia mais cara (de termelétricas e de importação) para fazer frente à falta de água nos reservatórios.

Para a definição do valor necessário, o setor avalia que será preciso calcular quanto o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) irá autorizar em novos contratos de energia das térmicas entre janeiro e abril deste ano, quando vence o prazo da bandeira da escassez hídrica.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 05 de janeiro.